

Mediações entre crise do capital e parcerias público-privadas em educação: elementos para discussão¹

Georgia Sobreira dos Santos Cêa²

Resumo: No contexto de recomposição da hegemonia burguesa, em função da crise do capital em curso, transformações diversas vêm afetando as formas de produção e reprodução material e subjetiva da vida. Esse movimento vem reverberando significativamente sobre a formação humana em si e as políticas a cargo do Estado nacional que a tomam como objeto. Este artigo trata as parcerias público-privadas em educação (ePPPs) como um dos mais expressivos emblemas desse contexto, especialmente quando se leva em consideração as relações entre o Estado *stricto sensu* e a sociedade civil. Pressupondo as ePPPs como dinâmica predominante, embora não exclusiva, da nova Economia Política da Educação, os argumentos do texto priorizam o tratamento de dois aspectos: a) o papel das ePPPs no movimento das classes dominantes na busca de convencimento da sociedade em geral, e em especial das classes subalternas, do arrefecimento da luta de classes – o que vai desde o mascaramento até a negação dos antagonismos; e b) a vinculação das ePPPs com os processos de financeirização do capital, destacando a serventia dos fundos públicos para os intentos de capitalização dos setores privados envolvidos em negócios da educação. Referenciais teóricos e dados empíricos são as principais fontes do estudo, o qual se orienta pela perspectiva teórico-metodológica materialista histórico-dialética. O texto objetiva apresentar mediações entre as ePPPs e o processo de recomposição da hegemonia burguesa, de modo a problematizar os termos do consenso social em torno das relações entre sociedade política e sociedade civil na condução de políticas de formação humana.

Palavras-chave: parcerias público-privadas; educação; crise do capital; formação humana

Mediations between capital crisis and public private partnerships in education: elements for discussion

Abstract: In the context of the rearrangement of bourgeois hegemony, due to the ongoing capital crisis, forms of material and subjective production and reproduction of life have been affected by means of several transformations. This movement reverberates both over human formation itself and education state policies. This article deals with public-private partnerships in education (ePPPs) as one of the most expressive emblems of this context, especially when it is taken into account government and civil society relationship. Assuming ePPPs as the predominant but not exclusive dynamics of the new Political Economy of Education, the arguments of the text prioritize the treatment of two aspects: a) the role of ePPPs in the movement of the ruling classes in the search for convention of society in general, especially of the

¹ Este texto apresenta parte dos estudos realizados durante estágio pós-doutoral realizado na Universidade de Bristol, no Reino Unido, entre os anos de 2015 e 2016, junto ao grupo de pesquisa coordenado pela professora Susan Robertson. A experiência do estágio pós-doutoral contou com financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (CAPES – Estágio Sênior no Exterior – Chamada II/2014).

² Doutora em Educação: História, Política e Sociedade (PUC-SP). Professora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho, Estado, Sociedade e Educação (GP-TESE).

subaltern classes, to undermine the class struggle - that goes from the masking to the denial of the antagonisms; and b) a linkage of ePPPs with capital financing processes, highlighting the use of public funds for the capitalization efforts of private sectors involved in education business. The main sources of the study – which is guided by the materialist theoretical-methodological perspective-dialectic – are theoretical references and empirical data,. The text aims to present mediations between ePPPs and the process of rearrangement of bourgeois hegemony, in order to problematize the terms of social consensus around the relations between political society and civil society in the conduct of human formation policies.

Keywords: public-private partnerships; education; capital crisis; human formation

Introdução

A complexa tarefa de definir significados de “público” e privado exige reconhecer “[...] a história de interconexões entre iniciativas governamentais e iniciativas privadas” (MINOW, 2003, p. 1229).

Segundo Horwitz (1982), a cristalização da distinção entre público e privado remonta ao processo histórico de consolidação do Estado-nação, por volta dos séculos XVI e XVII, quando questões como doutrinas legais, taxação e soberania, por exemplo, passaram a compor as relações sociais (HORWITZ, 1982). Tratar da constituição e das relações entre espaços sociais identificados com a esfera pública e com a esfera privada requer, então, tratar de processos históricos variados envolvendo o Estado estrito senso e a sociedade civil.

Conforme Minow (2003, p. 1229), a noção geral de público pode ser associada aos seguintes sentidos: “(1) pertencente a governo, (2) pertencente a espaços e processos abertos à população em geral ou ao “povo”, ou (3) pertencente a qualquer esfera fora daquelas mais íntimas, o que usualmente significa fora do lar ou da família”. O sentido de privado, de outro lado, associado está a interesses particulares de indivíduos ou grupos de indivíduos, os quais lançam mão de estratégias diversas, mormente baseadas na competição, para fazer valer seus intentos (HORWITZ, 1982).

A vitalidade da dicotomia entre público privado, embora resistente ao longo de séculos, experimenta agudos pontos de tensão desde quando, no final do século XIX,

[...] a concentração corporativa em larga escala se tornou a norma. O ataque à distinção público / privado foi o resultado de uma percepção generalizada de que as chamadas instituições privadas estavam adquirindo o poder coercivo anteriormente reservado aos governos (HORWITZ, 1982, p. 1428).

Com a crise capitalista³ em curso, deflagrada desde os episódios históricos da década de 1970, perde vigor o projeto societário socialdemocrata que tentou arrefecer a luta de classes entre capital e trabalho e, em seu lugar, vem sendo afirmada uma determinada sociabilidade pautada na competição como virtude e no mercado como ponto de chegada e de partida das relações sociais.

Esse contexto ensejou o estreitamento da relação entre governos e setores privados na condução de políticas públicas, a ponto de a noção de parceria público-privada (PPP) se tornar intrínseca à provisão de bens e serviços sociais em escala planetária, espalhando e reforçando o processo de neoliberalização (HEARNE, 2009). Como mecanismo estruturado para a governança⁴, as PPPs tiveram início com o esquema de iniciativa de financiamento privado britânico (PFI) e, desde então, têm se ampliado em todo o mundo (HALL, 2015; HEARNE, 2009; KLEIN, 2015; MUSSON, 2009). O Banco Mundial (2015, p. vi) informa que as PPPs têm sido utilizadas por “[...] mais de 134 países em desenvolvimento, contribuindo com cerca de 15-20% do investimento total em infraestrutura”. As PPPs são também encontradas em outros setores públicos cruciais, tais como educação, saúde, energia renovável, água e resíduos, transporte, saneamento, tecnologias de informação, sistema prisional, entre outros (HALL, 2015; HEARNE, 2009; MEHROTRA; DELAMONICA, 2005; MINOW, 2003).

Em simples termos, PPPs significam uma relação específica entre os governos e o setor privado para fornecer um determinado produto ou serviço. Formuladores de políticas, políticos, economistas e organizações internacionais costumam se referir às PPPs como uma ferramenta flexível, dinâmica e útil para alcançar a sustentabilidade econômica, a boa governança e o desenvolvimento social (UNIÃO EUROPEIA, 2005). Nessa relação, a superioridade gerencial do setor privado sobre o setor público é tida como certa, bem como é assumida como uma ideia consensual que deve ser amplamente

³ As crises do capitalismo são aqui compreendidas como constituintes estruturais do processo de reprodução do capital (MARX, 1985), decorrentes, substancialmente, da impossibilidade dessa reprodução realizar-se de forma harmônica, por meio da conjugação coerente das esferas da produção, do consumo e da circulação de mercadorias e de serviços (MÉSZÁROS, 2002).

⁴ Governança é um conceito adotado pelos organismos internacionais e pelo campo da Nova Gestão Pública (*New Public Management*) para designar a performance dos governos, no sentido da garantia das condições, meios e mecanismos para o desenvolvimento dos países em sintonia com a orientação do capital em escala global, afirmando o setor privado como referência para o manejo da coisa pública e, por conseguinte, o mercado como arena a ser expandida. São quatro as principais dimensões da governança: capacidade e eficiência na gestão do setor público, *accountability* (transparência e lisura na gestão), previsibilidade e o quadro legal para o desenvolvimento e informação (BANCO MUNDIAL, 2009).

difundida pela sociedade (HEARNE, 2009; PERONI, 2012, 2013; ROBERTSON, 2012; ROBERTSON; VERGER, 2012).

Hodge, Greve e Boardman (2010) indicam que as modernas PPPs são um fenômeno que assume um caráter tão popular como enigmático:

Elas são simultaneamente uma forma de governança, uma ferramenta de entrega de políticas públicas e uma linguagem que envolve múltiplas gramáticas. Portanto, eles são uma ferramenta política, um fenômeno técnico e um dispositivo de enquadramento retórico para os governos (HODGE; GREVE; BOARDMAN, 2010, p. 4).

Esse abrangente sentido histórico estimula a apreensão das parcerias público-privadas como uma categoria dotada de movimento, dialeticidade, historicidade e transitoriedade – dimensões a partir das quais se pode explicá-la (NETTO, 2011, p. 46). A apreensão das parcerias público-privadas exclusivamente como um conceito tem como risco a interpretação de que sejam capazes, *per se*, de traduzir o movimento do real, fazendo crer que tal conceito “[...] é que decide tudo [e] de si próprio engendra a realidade” (HEGEL, 1999, p. 128).

O tratamento das PPPs como categoria histórica é, em última instância, a finalidade deste artigo. Objetiva-se, em suma, apresentar mediações entre parcerias público-privadas em educação (ePPPs⁵) e o processo de recomposição da hegemonia burguesa, de modo a problematizar os termos do consenso social em torno das relações entre sociedade política e sociedade civil na condução de políticas de formação humana.

⁵ Considerando o ordenamento jurídico brasileiro, Di Pietro (2009, p. 13) indica dois sentidos para a compreensão das parcerias. O sentido restrito “[...] abrange dois tipos de contratos apenas, denominados de concessão patrocinada e concessão administrativa” (DI PIETRO, 2009, p. 13), segundo o que determina a Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004, que institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada, no âmbito da administração pública. Chamada de “lei das PPP”, a mesma prevê a concessão de serviços públicos ou de obras públicas, cujos contratos devem exceder R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), durar 5 anos, no mínimo, e ter como “[...] objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública” (BRASIL, 2004). No sentido amplo, enquadram-se na definição de PPP “[...] todos os ajustes entre setor público e setor privado, para a consecução de fins de interesse comum, como concessões, permissões, convênios, contratos de gestão, terceirização e quaisquer outras modalidades admissíveis perante o nosso ordenamento jurídico”. Com a aprovação da Lei nº 13.019/2014, a flexibilização da noção de PPP ampliou o espectro de arranjos possíveis entre os setores público e privado, conforme ilustra o artigo 1º da lei: “Art. 1º Esta Lei institui normas gerais para as **parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros**, estabelecidas pela União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, com organizações da sociedade civil, em regime de **mútua cooperação**, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com as organizações da sociedade civil; e institui o **termo de colaboração e o termo de fomento** (BRASIL, 2014, grifos nossos). A análise empreendida neste artigo considera o sentido lato das PPPs.

Dois pressupostos orientam a análise aqui empreendida. Primeiro, se advoga que as parcerias público-privadas em educação constituem uma categoria cujo movimento se explica a partir das relações deste fenômeno com as dimensões políticas, econômicas e culturais que vêm caracterizando a economia política da educação em tempos do tardo-capitalismo⁶ (NETTO, 2012). Em segundo lugar, as parcerias público-privadas em educação são aqui entendidas – e explicadas – como constituintes e constitutivas da “nova” economia política da educação. “Nova” no sentido de que o mercado tem sido promovido como a principal referência para documentar, organizar, estruturar e socializar um determinado projeto de educação, tornado dominante por meio de ações e crenças, intenções e conquistas, força intelectual e base moral. Portanto, as ePPPs – desde o seu planejamento até seus resultados – têm atuado como um componente estrutural distintivo da tentativa capitalista de superar sua crise atual, reconfigurando e exacerbando o papel da educação nesse processo.

Referenciando-se às ePPPs como dinâmica predominante, embora não exclusiva, da nova Economia Política da Educação, os argumentos do texto priorizam o tratamento de dois aspectos: a) o papel das ePPPs no movimento das classes dominantes na busca de convencimento da sociedade em geral, e em especial das classes subalternas, por meio do arrefecimento da luta de classes – o que vai desde o mascaramento até a negação dos antagonismos; e b) a vinculação das ePPPs com os processos de financeirização do capital, destacando a serventia dos fundos públicos para os intentos de capitalização dos setores privados envolvidos em negócios da educação. Tais aspectos representam, assim, os elementos para a discussão sobre ePPPs que este texto pretende provocar. Referenciais teóricos e dados empíricos são as principais fontes do estudo, o qual se orienta pela perspectiva teórico-metodológica materialista histórico-dialética. Ao final do texto serão destacados os argumentos centrais do artigo e apontados elementos para discussões futuras.

ePPPs e consenso social

No contexto de recomposição da hegemonia burguesa, em função da crise do capital em curso, transformações diversas vêm afetando as formas de produção e

⁶ Segundo Netto (2012), a expressão caracteriza “[...] o capitalismo contemporâneo, resultado das transformações societárias ocorrentes desde os anos 1970 e posto no quadro da sua crise estrutural” (NETTO, 2012, p. 1).

reprodução material e subjetiva da vida. Esse movimento vem reverberando significativamente sobre a formação humana em si e as políticas a cargo do Estado nacional que a tomam como objeto. As parcerias público-privadas em educação (ePPPs) constituem um dos mais expressivos emblemas desse contexto, especialmente quando se leva em consideração as relações entre o Estado *stricto sensu* e a sociedade civil e a irresistível serventia do caráter dessas relações para a sustentação e/ou recomposição da hegemonia burguesa.

Embora no capitalismo as relações entre o espaço público e o espaço privado sejam sempre tênues e tensas, a partir da década de 1970, diante da crise inaugurada com o esgotamento do padrão fordista-keynesiano, a reconfiguração dessas relações sob a égide da transnacionalização econômica e política apresenta significativos ineditismos. Segundo Fiori (1994), trata-se de um período histórico em que se articula um projeto global de afirmação da sociabilidade capitalista, no qual o mercado é visto “[...] como único mecanismo competente de auto-regulação econômica e social [...]” e cujos resultados mais expressivos são “[...] os processos de globalização produtiva e tecnológica e de desregulação financeira de um capitalismo definitivamente universalizado” (FIORI, 1994, p. 298-299). Mundialização do capital (CHESNAIS, 1996), acumulação flexível (HARVEY, 1999) sistema do capital global (MÉSZÁROS, 2002) são alguns dos epítomes desse contexto.

A condução política do início desse processo foi operada pelo neoliberalismo, que pode ser entendido como a síntese das orientações econômicas, políticas e ideológicas do projeto de sociabilidade burguesa em curso, que foi recentemente atualizado com a incorporação de premissas consideradas fundamentais para a sua sustentabilidade, pautadas na ideia da conciliação social como condição para a amenização das desigualdades sociais. A partir da conjugação de premissas neoliberais com pressupostos da socialdemocracia renovada pelo movimento da Terceira Via (ANTUNES, 2000; CASTELO, 2013; FERGUSON, 2004; ROBERTSON; VERGER, 2012), a polarização entre Estado e mercado se dilui com a ascensão do chamado Terceiro Setor, representado por parcelas da sociedade civil engajadas na materialização daquele projeto e considerado um “novo” espaço social “[...] que viria dar as respostas que supostamente o Estado já não pode dar e que o mercado não procura dar” (MONTAÑO, 2007, p. 54).

Ferguson (2004) argumenta que este ideário, tornado senso comum ao longo dos anos 1990, se irradia a partir das experiências estadunidense e britânica da Terceira Via, respectivamente com os governos de Bill Clinton, de 1993 a 2001, e de Tony Blair, de 1997 a 2007. A essência do movimento da Terceira Via encontra maior clareza na síntese formulada por Giddens (2001): a origem do impasse político em curso – esta é a leitura feita da crise – está na ação social indevida orientada pelo antagonismo entre Estado e mercado; ao contrário, segundo ele, o desafio colocado seria a promoção “[...] de uma nova sinergia entre os setores público e privado, utilizando o dinamismo dos mercados, mas tendo em mente o interesse público” (GIDDENS, 2001, p. 109-110). Na interseção estão as parcerias entre Estado e mercado, combinando a capacidade empreendedora do setor privado com o interesse público, a ser assegurado pelo Estado (GIDDENS, 2001, p. 135). Ferguson (2004, p. 4), entretanto, indica que a Terceira Via sustenta-se em “dois poderosos temas ideológicos”: a aceitação do neoliberalismo e o autoritarismo social.

O movimento político no Brasil na direção daquela “sinergia”, a exemplo do que tem ocorrido no resto do mundo capitalista, tem resultado na atuação do Estado “[...] para o conjunto de políticas sociais ‘em parceria’ com setores privados de qualquer procedência” (FONTES, 2010, p. 290), incluindo diversos aparelhos privados de hegemonia (GRAMSCI, 2011) das classes sociais fundamentais do capitalismo. Assim, as parcerias público-privadas têm mobilizado entidades de diferentes naturezas: empresariais, diretamente envolvidas com a obtenção de lucros; sociais, voltadas para a assistência e/ou filantropia, incluindo aqui as religiosas, e mesmo aquelas pretensamente contestadoras da ordem social burguesa, como é o caso de sindicatos de trabalhadores, por exemplo. Dessa forma, o debate entre público e privado, provocado pela realidade das PPPs e pelo alcance dos agentes e setores sociais nelas envolvidos, rebate sobre os papéis sociais de entidades seculares e religiosas, assim como de organizações sociais não-lucrativas, além daquelas imediatamente voltadas para a obtenção de vantagens econômicas, em suas relações com o provimento de necessidades sociais (MINOW, 2003).

Balizado no consenso como princípio e na – presumida – conciliação de classes sociais como intento, é possível compreender esse movimento como representativo de uma “hegemonia às avessas” (OLIVEIRA, 2010) ou de uma “nova pedagogia da hegemonia” (NEVES, 2005).

Ao longo do processo de globalização das propostas neoliberais, virtuosamente casadas com o ideário da Terceira Via, inúmeras medidas vêm sendo implementadas por agentes transnacionais e nacionais visando alcançar um amplo consenso social acerca de uma promissora correspondência entre um modelo de desenvolvimento baseado na competitividade e a redução dos efeitos da “economia política da pobreza” (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 52). Os compromissos globais, bem como os programas de ajustamento estrutural – principalmente via acordos bilaterais comerciais e financeiros (HARVEY, 2005; MÉSZÁROS, 2002) – podem ser incluídos entre os passos para aquele fim. Devido ao papel das políticas sociais, especialmente as educacionais, para o estabelecimento do hodierno consenso demandado pelo propósito global do capital, é digno de nota o peso do movimento Educação para Todos (EPT) nisso. De acordo com a Unesco (2000, p. 18), as políticas da EPT deveriam ser “[...] promovidas dentro de um quadro setorial sustentável e bem integrado, claramente ligado à eliminação da pobreza e às estratégias de desenvolvimento”.

A incorporação de PPPs como elemento de políticas nacionais, incluindo as políticas educacionais, entretanto, está sujeita ao fato de que o Estado-nação tem de lidar com “[...] um processo contínuo de formação e superação de equilíbrios instáveis (no plano jurídico) entre os interesses do grupo fundamental e os dos grupos subordinados” (GRAMSCI, 1999, p. 406). No entanto, os embates entre as classes sociais, e/ou entre suas frações, assim como a lentidão e/ou frustração no alcance dos resultados esperados, vêm sendo interpretados pelos agentes do projeto de educação global como um problema de “governança”, de modo que a reforma do aparelho do Estado é vista como “[...] uma parte proeminente da agenda da EPT” (UNESCO, 2009, p. 25). Embora o conceito de governança implique uma expansão do papel de variadas instituições na regulação da vida social e econômica (SLATER; TONKISS, 2001, p. 143), os governos ainda são predominantemente vistos por esses agentes como o principal responsável pelas mudanças esperadas (UNESCO, 2009; NAÇÕES UNIDAS, 2008; BANCO MUNDIAL, 2009).

A “noção geral de Estado” de Gramsci é esclarecedora nesta matéria, uma vez que o poder da sociedade política – que é, em suma, a complexa dinâmica de instituições e mecanismos das classes em disputa, e de suas frações, para assegurar a intervenção governamental na direção de seus interesses – só pode ser entendido pela correlação de forças dentro da sociedade civil (GRAMSCI, 1999). Portanto,

considerando a relação de hegemonia, é preciso ter em mente que “[...] o Estado é todo o complexo de atividades práticas e teóricas com as quais a classe dominante não apenas justifica e mantém seu domínio, mas consegue ganhar o consentimento ativo daqueles sobre quem governa” (GRAMSCI, 1999, p. 504). Desse modo, o maior ou menor grau de incorporação das ePPPs nos sistemas educacionais no nível nacional dependerá da natureza e das circunstâncias da adesão ou resistência dos grupos dominantes e subalternos da sociedade civil. Além disso, as lutas entre esses grupos – seja para estabelecer ou recusar as correspondentes concepções do mundo e as posições práticas (GRAMSCI, 1999) ensejadas pelas parcerias – desempenham um papel crucial nessa conjuntura.

Como defende o Banco Mundial (1990, p. 52), “[...] políticas bem-sucedidas em benefício dos pobres” são “[...] muitas vezes baseadas em objetivos e estratégias que são compartilhados em certa medida pelos pobres e pelo menos alguns grupos entre os não-pobres”. Isso implica tanto a difusão como a mudança de “[...] modos de pensar através de ações e reações” (GRAMSCI, 1999, p. 727), o que pode estimular – individual ou coletivamente – uma espécie de “[...] ação vital, um elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (GRAMSCI, 1999, p. 629). Em termos gramscianos, se identifica nesse processo uma determinada cultura⁷ de participação social, na qual o consenso da identidade e complementariedade entre interesses públicos e privados repousa sobre a disseminação na crença, nem sempre disfarçada, do fim dos antagonismos de classes.

Decerto que é possível identificar movimentos sociais de resistência contra a mercantilização do processo educativo, expressa pelas ePPPs, como alguns estudos apropriadamente já o fizeram (EDUCATION INTERNATIONAL, 2009; HALL, 2015; VERGER; NOVELLI, 2012). Parece necessário, entretanto, considerar que organismos multilaterais e entidades representativas de trabalhadores da educação têm partilhado propostas de fortalecimento de parcerias no sistema de *multi-stakeholders* – múltiplas partes interessadas –, o que potencialmente pode reforçar a ideologia do fim dos antagonismos de classe, ao invés de a ela se confrontar.

Originária das modernas teorias de gestão empresarial, a noção de *stakeholder* remete à ideia de que “As corporações têm partes interessadas, ou seja, grupos e

⁷ Raney (2006, p.4) explica que Gramsci se refere à cultura em geral e especificamente: “Isto é, para Gramsci, a cultura descreve como as pessoas funcionam (organizam), imprimem (documentam) e interagem (socializam). Assim, a cultura não é estática, mas varia de acordo com a forma como é utilizada; isto é, a cultura é não-referencial (não pode ser atada a uma só coisa) e, portanto, mutável”.

indivíduos que se beneficiam ou são prejudicados e cujos direitos são violados ou respeitados por ações corporativas” (FREEMAN, 1994, p. 41). Derivada desse referencial, a adoção de *Multi Stakeholder Partnerships in Education* (Parcerias multilaterais ou parcerias de múltiplas partes interessadas em educação), cuja sigla em inglês é MSPEs, começou a ser estimulada, em 2007, pela Unesco e pelo Fórum Econômico Mundial, como forma de contribuir com o alcance dos objetivos da EPT. Considerando esse objetivo, as MSPEs

[...] podem ser definidas como o agrupamento e gestão de recursos, bem como a mobilização de competências e compromissos por parte dos parceiros públicos, empresariais e da sociedade civil para contribuir para a expansão e qualidade da educação. Baseiam-se nos princípios dos direitos internacionais, dos princípios éticos e dos acordos organizacionais subjacentes ao desenvolvimento e à gestão do setor da educação; na consulta a outras partes interessadas, e na partilha de tomada de decisão, risco, benefício e responsabilidade (DRAXLER, 2008, p. 18).

Segundo *Education International*⁸ (2009, p. 18), a ideia de MSPEs sugere “[...] uma forma de parceria que não implique uma relação contratual com um benefício comercial definível para o prestador privado”. Dessa forma, a entidade recomenda a seus sindicatos associados o engajamento crítico com governos em experiências de ePPPs: “Engajamento crítico irá possibilitar que os sindicatos pressionem tanto por mudanças significativas na operação das PPPs (exigindo total transparência dos contratos e regulação adequada), como pelo abandono completo das mesmas” (EDUCATION INTERNATIONAL, 2009, p. 142).

Ressalta-se, no caso específico da *Education International*, não só a ambígua direção da entidade para os sindicatos de trabalhadores da educação, em se tratando da postura frente às ePPPs, mas, fundamentalmente, a crença na possibilidade de inexistência de interesses comerciais de parceiros privados em arranjos de provisão educacional. Em havendo, em alguma medida, por parte da EI, a intencionalidade de reforçar a ação de entidades de trabalhadores em ePPPs, seria essa parceria economicamente “desinteressada”, capaz de fazer frente ao avanço da mercantilização da educação?

⁸ “A Educação Internacional é uma Federação Sindical Global que representa organizações de professores e outros funcionários da educação. É a maior e mais representativa organização de sindicatos, com mais de trinta e dois milhões de membros sindicais em cerca de quatrocentas organizações em cento e setenta países e territórios (disponível em: <https://www.ei-ie.org/en/detail_page/4350/About%20EI>).

Sem a pretensão de responder tão complexa questão, parece pertinente indicar que a contradição entre a necessidade “[...] de levar em conta os desejos das partes interessadas (cidadãos locais, ONGs, funcionários/sindicatos, sociedade civil, mídia, etc.) nas PPPs” (NAÇÕES UNIDAS, 2008, p. 15) e o foco da liderança governamental reflete de alguma forma os limites estruturais da classe dominante para entender o papel da luta de classes dentro do processo hegemônico. Assim, a redução do equilíbrio interno do poder num “ponto de vista da técnica política” (GRAMSCI, 1999, p. 168) não tem sido suficiente para superar as disputas sociais dentro dos Estados nacionais, o que indica a necessidade constante de reforço de argumentos e mecanismos para a atualização do consenso social em torno do empresariamento das políticas educacionais.

Paralelamente ao debate/embate de grupos sociais que adotam uma postura problematizadora em torno das ePPPs, o setor empresarial tem investido fortemente no casamento virtuoso entre vantagem privada e interesse público, como se verá a seguir com o exercício de indicar mediações entre ePPPs e o processo de financeirização do capital.

ePPPs e mercado financeiro

Segundo Robertson e Verger (2012, p. 27), qualquer forma de ePPPs “[...] compartilha amplamente como fundamento comum um conjunto de ideias programáticas que representam uma continuação e não uma moderação do liberalismo econômico” (ROBERTSON; VERGER, 2012, p. 27). Essa continuação, no entanto, assume uma configuração específica no atual momento histórico do desenvolvimento capitalista, a fim de melhorar as condições de produção para o mercado, na busca de ampliação das taxas de lucro (SLATER; TONKISS, 2001).

Nesse sentido, vale a pena rever a análise de Gramsci sobre o taylorismo-fordismo, por ele interpretado como uma resposta hegemônica econômica, política e cultural à crise capitalista durante a Primeira Guerra Mundial (GRAMSCI, 1999 – especialmente em “Americanismo e Fordismo”, também conhecido como Caderno 22). Embora a atual crise capitalista, bem como suas respostas em andamento, sejam bastante distintas das que ocorreram há um século, pelo menos duas observações baseadas nos pensamentos de Gramsci sobre o processo hegemônico podem ser destacadas. Primeiro, “o mundo da produção econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 134)

não é reduzido em si mesmo, uma vez que está organicamente ligado a elementos superestruturais. No entanto – e isso leva ao segundo comentário – a afirmação hegemônica do projeto capitalista na vida social como um todo está fortemente ligada às forças estruturais. Assim, “[...] uma vez que a hegemonia é ético-política, também deve ser econômica, deve necessariamente se basear na função decisiva exercida pelo grupo dirigente no núcleo decisivo da atividade econômica” (GRAMSCI, 1999, p. 337).

Com valor recentemente estimado em US\$ 4,4 trilhões, o mercado global de educação deve crescer de forma promissora nos anos vindouros (STRAUSS, 2013). Segundo informações divulgadas pela *British Broadcasting Corporation* (BBC)⁹, o setor educacional, junto com os setores de saúde e de transporte, é uma das áreas mais rentáveis para o setor privado, especialmente por meio de ePPPs, as quais alcançam uma média de 34% de lucratividade para as empresas envolvidas em contratos desta natureza. Não é a toa que o Reino Unido é identificado como o “líder intelectual” das PPP “em termos de experiência profissional e capacidade” (HODGE, GREVE; BOARDMAN, 2010, p. 7).

Tamanha monta de recursos encontra no mercado financeiro uma importante derivação do mercado educacional como oportunidade de negócio, como é possível verificar no Quadro 1 abaixo, que apresenta uma breve lista de algumas empresas de educação que têm investido nos maiores mercados financeiros do mundo, nomeadamente a Bolsa de Valores de Nova York (NYSE; em inglês, *New York Stock Exchange*) e a Associação Nacional de Corretores de Títulos de Cotações Automáticas (Nasdaq; em inglês, *National Association of Securities Dealers Automated Quotations*)¹⁰.

Quadro 1 – Investidores do mercado educacional no mercado financeiro – NYSE e Nasdaq – 2016

Investidor	Serviço	País de origem	Bolsa de valores
American Public Education Inc	Educação pós-secundária - Ensino a distância	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq

⁹ BBC Radio4, episódio “PFI profits” [Lucros das PFI], noticiado em 14 de junho de 2011, apresentado por Gerry Northam, produzido por Rob Cave e editado por David Ross. O episódio está disponível em [http://www.bbc.co.uk/programmes/b011vf2f].

¹⁰ Educação, educação e aprendizagem foram palavras-chave utilizadas na ferramenta de busca disponível nos sites das referidas bolsas de valores.

Apollo Education Group Inc	Ensino superior e pós-secundário - Programas e serviços educacionais	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Barnes & Noble Education Inc	Publicação para o ensino superior	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Bridgepoint Education Inc	Educação pós-secundária	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Bright Horizons Family Solutions	Creches e ensino elementar - Serviços e assessoria educacional	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Cambium Learning Group Inc	Serviços educacionais e materiais tecnológicos	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Capella Education Co	Educação pós-secundária e superior - Ensino a distância	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Career Education Corp	Ensino superior - Ensino a distância	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
DeVry Education Group Inc	Educação pós-secundária - Serviços educacionais	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Education Realty Trust Inc	Comunidades habitacionais de universidades	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Educational Development Corp	Edição de livros didáticos para crianças	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
ITT Educational Services Inc	Educação pós-secundária - Ensino superior	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Laureate Education, Inc	Ensino superior	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Lincoln Educational Services Corp	Escolas - Educação pós-secundária	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Strayer Education Inc	Educação pós-secundária - Educação superior	Estados Unidos	NYSE e Nasdaq
Hailiang Education Group Inc	Escolas - Educação primária - Educação secundária	China	NYSE e Nasdaq
New Oriental Education & Technology Group Inc	Escolas - Da educação infantil à educação secundária	China	NYSE e Nasdaq
Nord Anglia Education Inc	Escolas - Da educação infantil à educação secundária	China	NYSE
Pearson PLC	Serviços educativos e publicações	Reino Unido	NYSE e Nasdaq

Fonte: Levantamento da autora com base nos dados disponíveis as páginas eletrônicas da NYSE e da Nasdaq em agosto de 2016.

Esses dados indicam, entre outras possíveis inferências, que essas empresas – envolvidas em atividades variadas no campo educacional e representantes das maiores economias do mundo – vêm atuando, ao mesmo tempo, como firmas especializadas e como ativos financeiros, seguindo a tendência de negócios típica do processo de mundialização do capital, conforme indicado por Chesnais (1996). Em muitos casos,

tais empresas são parceiros privados atuando no provimento de bens e serviços educacionais, financiados, em boa parte, com recursos públicos.

Em estudos recentes, o Senado norte-americano problematizou o fato de a *Bridgepoint Education Inc.* ser uma companhia privada “[...] quase inteiramente dependente de fundos públicos” (COMMITTEE ON HEALTH, EDUCATION, LABOR, AND PENSIONS, 2011, p. 4) e identificou que a destinação de fundos públicos para o ensino superior privado é prática corrente, de modo que tais fundos chegam a compor 80% da receita de empresas, como foi o caso da *Capella Education Co.*, em 2010 (COMMITTEE ON HEALTH, EDUCATION, LABOR, AND PENSIONS, 2012, p. 319). Longe de serem casos excepcionais, Meek et. al (2010) indicam que, nos Estados Unidos, com o acelerado crescimento de empresas com fins lucrativos na educação, especialmente no ensino superior, os empresários deste setor têm enriquecido por meio do recebimento de fundos públicos para subsídio de empréstimos estudantis. Afirmam os autores que “São os interesses financeiros dos proprietários (acionistas) que se beneficiam substancialmente de tais subsídios públicos” (MEEK et. al, 2010, p. 218).

Considerando quão articulado e conectado o mercado educacional tem sido na tarefa de juntar parceiros públicos e privados na indústria global da educação em todo o mundo, conforme ilustram alguns estudos (BALL, 2008, 2009; BALL; YOUDELL, 2008; KOMLJENOVIC; ROBERTSON, 2016; ROBERTSON; KOMLJENOVIC, 2016), seguramente esta lista se desdobra e se amplia uma vez que sejam consideradas as investidas dessas empresas em outras esferas e territórios do mercado financeiro. Uma breve abordagem do alcance de algumas das empresas listadas no Quadro 1 no cenário educacional brasileiro ilustra tal assertiva.

Carvalho (2013) identifica três principais mecanismos que vêm promovendo a mercantilização do ensino no Brasil: a formação de conglomerados empresariais, a aquisição de instituições privadas nacionais por empresas consolidadas no mercado financeiro internacional e o investimento no mercado de ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo, a BM&FBOVESPA.

A formação de conglomerados e a compra de instituições educativas são geralmente processos correlatos, visando, como regra geral, o alcance de fatias cada vez maiores do mercado educacional nacional. Algumas das empresas anteriormente citadas vêm ampliando sua atuação no Brasil, como se exemplifica a seguir.

A *Laureate Education* é a precursora do processo de aquisição de instituições brasileiras por empresas privadas estrangeiras no setor educacional, tendo iniciado sua investida no Brasil em 2005 (CARVALHO, 2013; CORBUTTI; KUBOTA; MEIRA, 2016; SANTOS, 2010). A *DeVry Education Group* inicia suas atividades no Brasil em 2009¹¹, quando começa a comprar ações de diversas instituições privadas de ensino (CARVALHO, 2013; CORBUTTI; KUBOTA; MEIRA, 2016; SANTOS, 2010). A Faculdade Educacional da Lapa (Fael) foi comprada pelo *Apollo Education Group* em 2014, o qual passou a deter 75% do capital da faculdade paulista (SOUSA, 2014). Mais recentemente, em 2016, a britânica *Pearson* iniciou a aquisição de grandes sistemas privados de ensino (OSWALD, 2016).

Esse processo de mercantilização, no qual empresas de outros países se tornam proprietárias de instituições de ensino no Brasil, se deve, em boa medida, ao fato de que “[...] a rentabilidade das empresas brasileiras é bem superior à das congêneres que atuam nos Estados Unidos, o que ajuda a explicar o interesse dos investidores estrangeiros em nosso mercado” (CORBUCCI; KUBOTA; MEIRA, 2016, p. 42).

O terceiro movimento desse processo, relativo à transformação de empresas educacionais em ativos financeiros, remonta a 2007, ano em que tem início o mercado de investidores financeiros no campo da educação (CARVALHO, 2013). Segundo a BM&FBOVESPA,

A seção Educação abrange as instituições que realizam as atividades de ensino público e privado, em qualquer nível e para qualquer finalidade, na forma presencial ou à distância, por meio de rádio, televisão, correspondência ou qualquer outro meio de comunicação. A seção Educação compreende tanto a educação ministrada por diferentes instituições do sistema regular de educação, em seus diversos níveis, como o ensino profissional e a educação continuada (cursos de idiomas; cursos técnicos de aprendizagem; treinamento gerencial e profissional). Inclui-se também na seção Educação as academias militares, escolas em prisão e outras unidades de ensino, em seus respectivos níveis. Esta seção também abrange o ensino de esportes, arte e cultura e as atividades de suporte à educação¹².

Cinco empresas fazem parte desse tipo específico de investimento na BM&FBOVESPA: Estácio Participações S/A, atuante no ensino superior (graduação e

¹¹ <https://www.devrybrasil.edu.br/quem-somos>

¹² <https://br.advfn.com/mundo/brasil/setores/servicos-educacionais>

pós-graduação) presencial e a distância¹³; Kroton Educacional S/A, com estabelecimentos de educação básica, educação superior e pós-graduação e também atuando no mercado de serviços educacionais¹⁴; Ser Educacional S/A, com ações voltadas para a educação profissional, ensino superior e pós-graduação¹⁵; também conhecida como Ânima Educação, a GAEC Educação S/A detém uma rede de ensino superior¹⁶; por fim, a Somos Educação S/A se dedica à educação básica, formação profissional e serviços de editoração¹⁷. Embora a tendência de concentração do mercado educacional (CORBUTTI; KUBOTA; MEIRA, 2016) possa incidir negativamente sobre determinados nichos do mercado educacional, algumas dessas empresas, como a Kroton, Ser Educacional e Ânima Educação praticamente dobraram seu patrimônio líquido nos últimos anos (CARVALHO, 2013; CORBUTTI; KUBOTA; MEIRA, 2016).

O grau de monopolização do ensino superior ensejou, recentemente, a intervenção do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) no mercado educacional. A proposta de aquisição da Estácio Participações S/A pela Kroton Educacional S.S. foi reprovada pelo Conselho, pela alegação de riscos visíveis à concorrência (CADE, 2017).

É absolutamente plausível que, também nos limites geográficos nacionais, esteja ocorrendo a apropriação de fundos públicos por instituições privadas, prática paulatinamente naturalizada na educação brasileira ao longo das últimas décadas – com forte esteio no consenso social tratado no item anterior deste texto. Algumas iniciativas de empresas do mercado educacional brasileiro investidoras na BM&FBOVESPA podem ser citadas nesse sentido.

A primeira iniciativa – e talvez a mais visível e impactante delas – é a adesão de boa parte das instituições de ensino superior brasileiras a políticas de expansão desse nível de ensino, como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa

¹³ Informações extraídas de <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/estacio-participacoes-ESTC3/cotacao>> e <http://www.estacioparticipacoes.com.br/estacio2010/web/conteudo_pt.asp?idioma=0&conta=28&tipo=30096>. Acesso em 23 jun. 2017.

¹⁴ Informações extraídas de <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/kroton-KROT3/cotacao>> e <<http://www.kroton.com.br/>>. Acesso em 23 jun. 2017.

¹⁵ Informações extraídas de <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/ser-educa-SEER3/cotacao>> e <<https://www.sereducacional.com/ensino-superior>>. Acesso em 23 jun. 2017.

¹⁶ Informações extraídas de <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/anima-on-ANIM3/cotacao>> e <<http://www.animaeducacao.com.br/nossas-instituicoes/>>. Acesso em 23 jun. 2017.

¹⁷ Informações extraídas de <<https://br.advfn.com/bolsa-de-valores/bovespa/somos-educa-SEDU3/cotacao>> e <<http://www.somoseducacao.com.br/pt/>>. Acesso em 23 jun. 2017.

Universidade para Todos (ProUni). O estudo de Corbutti, Kubota e Meira (2016) sugere fortemente que os recursos públicos têm concorrido para o promissor desempenho econômico dos investidores no mercado educacional, seja indiretamente, pela via da isenção fiscal – como no caso do Prouni –, seja imediatamente, pelo subsídio de mensalidades pela via de empréstimos estudantis, como ocorre com o FIES.

Mesmo a Somos Educação, que está fora do alcance do ensino superior, é um emblemático exemplo de como o fundo público pode estar sendo utilizado para reforçar o caráter de ativos financeiros de empresas educacionais. Líder do mercado de livros didáticos, a empresa vem acumulando a primeira posição nos recentes editais do Programa Nacional de Livro Didático (PNLD), não obstante estar envolvida em um processo de acordo de leniência com o governo federal por conta de fraudes relativas ao fornecimento de livros em cidades do Pará e de Alagoas (FABRINI, 2016). O escrutínio de outras frentes de atuação, como a educação profissional, por exemplo, poderia revelar novas fontes de recursos públicos apropriados pelas instituições em questão.

Considerações finais

Ao enfrentar o questionamento sobre a identidade de uma função eminentemente pública, em oposição a uma função privada, Minow (2003) sugere o que parece ser o dilema fundamental sobre o que está em jogo com a afirmação das PPPs: como ocorre o controle público? Quem decide e como as decisões são tomadas? Qual o grau de publicidade das informações?

Outras questões emanam da análise de Robertson e Verger (2012) como, por exemplo, identificação da autoridade relevante, sujeitos impactados, mecanismos de prestação de contas. Diante da controvérsia envolvendo as PPPs como expressão mais acabada da relação entre público e privado na atualidade, é possível mesmo questionar o sentido lato que vem sendo atribuído à Política (MINOW, 2003), e mesmo à educação como prática social complexa relacionada aos propósitos e mecanismos de reprodução e socialização humanas (ROBERTSON, DALE, 2015). As PPP representam, em suma, um importante componente do projeto societário global liderado pelas forças capitalistas para afirmação de sua hegemonia.

A ocorrência de parcerias público-privadas como um fenômeno de amplitude mundial tem se tornado cada vez mais significativa, inclusive no setor da educação¹⁸, mormente a partir da inflexão do neoliberalismo segundo as premissas da chamada Terceira Via, proposição consolidada com a experiência do Reino Unido nos anos 1990. Nessa experiência, espreada globalmente, as parcerias público-privadas passaram a se constituir em um componente essencial da maneira de ser do Estado e a orientar as relações deste com a sociedade civil (GEWIRTZ, 2002). Por esse caráter, as PPPs foram aqui relacionadas ao conceito de hegemonia, que, em suma, significa uma série de movimentos históricos fortemente mediados por mecanismos econômicos, políticos e culturais por meio dos quais grupos sociais procuram exercer sua liderança sobre os outros, subordinando-os a uma concepção particular de mundo (GRAMSCI, 1999).

Não raro as PPPs são fortemente relacionadas com o que se tem identificado como novas versões e ou formas de privatização (BALL, 2009; MINOW, 2003). De fato, as PPPs provocam que se apreenda o movimento que enseja o processo de privatização, tomando-a como categoria que emerge da realidade. Mas tomar tal categoria como suficiente para problematizar o sentido histórico das PPPs parece colocar a crítica a meio caminho, visto que a responsabilidade dos governos é intrínseca aos arranjos resultantes de parcerias.

Enquanto uma forma específica de gestão da política de educação, ePPPs implicam na ação direta de grupos em uma questão social frente a qual a responsabilidade dos governos é inelutável. No entanto, uma vez que tal gestão não é autoexplicativa, este artigo tomou a categoria da mediação como recurso metodológico, visto que as ePPPs estão mediadamente vinculada a diferentes dimensões da totalidade social – econômicas, políticas, filosóficas e culturais. Objetivamente, foram discutidas mediações entre as ePPP e o consenso social em torno do arrefecimento das diferenças de classe e, em seguida, entre as ePPPs e a financeirização do mercado da educação. Buscou-se, assim, apresentar elementos para a discussão sobre o sentido histórico das ePPPs, ressaltando seu papel no fortalecimento de intentos políticos e econômicos da classe burguesa e de suas frações.

¹⁸ Na literatura internacional que aborda o tema das parcerias público-privadas como parte de um movimento de governança global da educação (ROBERTSON; VERGER, 2012) podem ser indicados estudos sobre os Brics (NORRAG NEWS, 2014), os Estados Unidos (MOULTON; ANHEIER, 2001) e um panorama das diferentes formas assumidas pelas parcerias público-privadas em educação em dezenas de países de todos os continentes (PATRINOS; BARRERA-OSORIO; GUÁQUETA, 2009).

Assinalando os termos do consenso social sobre a educação que vem sendo construído em escala global desde os anos 1990, Ball (1998) destaca algumas ideias-chave ou influências das iniciativas de organismos internacionais e de agências multilaterais sobre o conjunto de propostas para a educação: propagação de ideologias do mercado; estabelecimento de uma nova economia institucional que incide sobre o comportamento individual e coletivo; um tipo determinado de performatividade orientada pelas regras de mercado; afirmação da teoria da escolha pública, que sustenta a aplicação de conceitos da economia de mercado à gestão da coisa pública; e, por fim, um novo gerencialismo que, mais detidamente, implica na tecnificação do setor público. Esse arcabouço ideológico orientado pelas ideias de sociedade do conhecimento, assim como de suas variáveis discursivas, tem experimentado uma significativa força operativa, por meio da qual ideias e ações individuais e coletivas expressam “[...] a crescente colonização da política educacional por imperativos de política econômica” (BALL, 1998, p. 122). Mesmo grupos religiosos envolvidos com a provisão educacional, tradicionalmente apegados a ideais caritativos e assistencialistas, têm sucumbido fortemente a princípios e mecanismos de mercado (MINOW, 2003). A defesa da ideia das parcerias multilaterais ou parcerias de múltiplas partes interessadas em educação – as chamadas *Multi Stakeholder Partnerships in Education* – por parte de entidades e organizações de trabalhadores indicam o alcance da colonização expressa por Ball (1998). Reitera-se aqui a necessidade de se explorar mais detidamente como as parcerias vêm sendo compreendidas, explicadas e justificadas, especialmente em casos nos quais entidades representativas dos interesses dos trabalhadores são os parceiros da sociedade civil em arranjos de ePPPs.

No caso das mediações entre ePPPs e o mercado financeiro, a discussão apresentada no texto buscou evidenciar que o setor de educação entrou organicamente no universo do capital monetário “bizarro”, usando as palavras de Marx (1988, p. 38). Não obstante a lucratividade auferida pelas PPPs, incluindo aquelas atinentes ao campo educacional, e a sua estreita relação com o capital financeiro, é importante ter em mente que a força de trabalho – em qualquer setor econômico – continua a ser a matéria-prima que faz essa “máquina de riqueza” funcionar. Deve-se notar que a ideia de “fazer dinheiro” sem a mediação do processo de produção capitalista permanece como uma retumbante “vertigem” (MARX, 1988, p. 43), daí a bizarrice do capital financeiro. Como relação social, o capital está inserido em diferentes processos, simultâneos e

justapostos, incluindo neles o decisivo papel da força de trabalho (MARX, 1988, p. 82), mesmo em épocas em que as crenças dominantes buscam negá-la como fonte de valor das *commodities* (HUWS, 1999). Muito provavelmente, o aumento de ePPPs em todo o mundo impulsionou algumas cadeias de produção, como a construção de edifícios, a produção de livros didáticos e dispositivos tecnológicos, por exemplo. Baseado na estimativa de Molnar e Reaves (2002), Gurn (2016, p. 8) informa que “[...] os materiais educacionais patrocinados pelas empresas cresceram aproximadamente 1,875%” entre 1990 e 2000. Assim, o argumento de Huws (1999, p. 36) de que “em pelo menos algumas partes do setor de serviços, a tendência é de materialização, e não de desmaterialização” faz muito sentido.

Menos que esgotar o debate, este artigo buscou abrir a discussão sobre as PPPs, incluindo aquelas voltadas ao campo educacional, em pelo menos duas dimensões: uma delas diz respeito ao convencimento social de que o mercado é uma arena irresistível – e mesmo inevitável – que abarca todas as dimensões da vida; outra, mediatamente ligada à esfera financeira, se articula com a complexificação da destinação de recursos públicos para o setor privado, ampliando o alcance dos fundos públicos no processo de reprodução do capital. Tais dimensões, tomadas em uma perspectiva crítica, são materialmente indivisíveis e estão historicamente articuladas com o que se chamou aqui de nova Economia da Educação, visto que as ePPPs – seus propósitos, mecanismos e efeitos – potencialmente afetam “[...] a maioria das pessoas ou envolvem a crítica função de educar e socializar crianças” (MINOW, 2003, p. 1230). Trata-se, *tout court*, da discussão sobre a educação como prática social orientada para a formação humana.

Referências:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

BALL, Stephen J. Big Policies/Small World: an introduction to international perspectives in education policy, **Comparative Education**, v. 34, n. 2, 1998, p. 119-130.

BALL, Stephen J. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: network governance and the “competition state.” **Journal of**

Education Policy, v. 24, n. 1, p. 83-99, 2009.

<http://doi.org/10.1080/02680930802419474>

BALL, Stephen J. New philanthropy, new networks and new governance in education.

Political Studies, v. 56, n. 4, p. 747–765, 2008. <http://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2008.00722.x>

BALL, Stephen. J.; YOUDELL, D. **Hidden Privatisation in Public Education**.

Brussels: Education International, 2008. Disponível em:

<http://www.campaignforeducation.org/docs/privatisation/Endogenous%20Privatization%20Stephen%20Ball_ENGLISH.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2014.

BALL, Stephen J. Privatising education, privatising education policy, privatising educational research: network governance and the ‘competition state’, **Journal of Education Policy**, v. 24, n. 1, p. 83-99, 2009.

BANCO MUNDIAL. DFID. **Good Governance of Public Private Partnerships: a resource guide for practitioners**. 2009. Disponível em: <

<http://documents.worldbank.org/curated/en/275521468276369599/pdf/708460ESW0P1050e0Practices0in0PPPs.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2015.

BANCO MUNDIAL. **World development report. 1990: [...]**. New York: Oxford Univ., 1990. Disponível em:

<<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/5973/WDR%201990%20-%20English.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>.

BANCO MUNDIAL. **Global Monitoring Report 2015/2016: Development Goals in an Era of Demographic Change**. The World Bank, 2015. Disponível em:

<<http://elibrary.worldbank.org/doi/book/10.1596/978-1-4648-0669-8>>.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.079**, de 30 de dezembro de 2004. Institui normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada no âmbito da administração pública. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 17 out. 2006.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 13.019**, de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, envolvendo ou não transferências de recursos financeiros, entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público; define diretrizes para a política de fomento e de colaboração com organizações da sociedade civil; institui o termo de colaboração e o termo de fomento; e altera as Leis nºs 8.429, de 2 de junho de 1992, e 9.790, de 23 de março de 1999. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13019.htm>. Acesso em: 2 nov. 2014.

CADE. Conselho Administrativo de Defesa Econômica. Aquisição da Estácio pela Kroton é vetada pelo Cade. **Notícias**, 28 jun. 2017. Disponível em: <<http://www.cade.gov.br/noticias/aquisicao-da-estacio-pela-kroton-e-vetada-pelo-cade>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

CARVALHO; Cristina Helena Almeida de. A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas. **Revista Brasileira de Educação**, v. 18, n. 54, jul.-set. 2013, p. 761-801. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2016.

CASTELO, R. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

COMMITTEE ON HEALTH, EDUCATION, LABOR, AND PENSIONS. **Bridgepoint Education, Inc.**: a case study in for-profit education and oversight. U.S. Senate: Washington D.C., 2011. Disponível em: <<https://www.gpo.gov/fdsys/pkg/CHRG-112shrg81200/pdf/CHRG-112shrg81200.pdf>>. Acesso em 10 mar. 2017.

COMMITTEE ON HEALTH, EDUCATION, LABOR, AND PENSIONS. **For profit higher education**: the failure to safeguard the federal investment and ensure student success – Part II. U.S. Senate: Washington D.C., 2012. Disponível em: < https://www.help.senate.gov/imo/media/for_profit_report/PartII/Capella.pdf>. Acesso em 10 mar. 2017.

CORBUCCI, Paulo Roberto; KUBOTA, Luís Claudio; MEIRA, Ana Paula B. Reconfiguração estrutural ou concentração do mercado da educação superior privada no Brasil? **Radar**, n. 46, Brasília: IPEA, 2016, p. 39-45. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/radar/160908_radar_46.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Parcerias na administração pública**: concessão, permissão, franquias, terceirização, parceria público-privada e outras formas. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

DRAXLER, A. **New partnerships for EFA**: building on experience. Paris: UNESCO-IIEP, 2008. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001567/156753e.pdf>>.

EDUCATION INTERNATIONAL. **Public-private partnerships in education**. Brussels: Education International, 2009. Disponível em: <<http://download.ei-ie.org/docs/irisdocuments/research%20website%20documents/2009-00086-01-e.pdf>>.

FABRINI, Fábio. Somos Educação discute acordo de leniência com o governo. **Estadão**, 14 out. 2016, Seção Economia e Negócios. Disponível em: <<http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios,somos-educacao-discute-acordo-de-leniencia-com-governo,10000082284>>. Acesso em 22 mar. 2017.

FERGUSON, I. Neoliberalism, the Third Way and Social Work: the UK experience. **Social Work & Society**, v. 2, n. 1, 2004. Disponível em: <<http://www.socwork.net/sws/article/view/236/411>>. Acesso em: 11 abr. 2010.

FIORI, J. L. Globalização econômica e descentralização política: um primeiro balanço. **Ensaio**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 295-311, 1994.

FONTES, V. **O Brasil e o capital-imperialismo** – Teoria e história. 2 ed. Rio de Janeiro: EPSJV/UFRJ Editorial, 2010.

FREEMAN, R. Edward. Stakeholder Theory of the Modern Corporation. **General Issues in Business Ethics**, 1994, p. 39-49. Disponível em: <<https://businessethics.qwriting.qc.cuny.edu/files/2012/01/Freeman.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2016.

GEWIRTZ, S. Alcançando o sucesso? Reflexões críticas sobre a agenda para a educação da “Terceira Via” do New Labour. **Currículo sem Fronteiras**, v. 2, n. 1, p. 121-139, jan./jun. 2002. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol2iss1articles/gewirtzconf.pdf>>. Acesso em: 19 abr. 2013.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. 3 ed. Volume 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GRAMSCI, Antonio. **Selections from Prison Notebooks: On Italian History**. Edited and translated by Quentin Hoare and Geoffrey Nowell Smith. London: ElecBook, 1999. Disponível em: <http://courses.justice.eku.edu/pls330_louis/docs/gramsci-prison-notebooks-vol1.pdf>.

GURN, Alex M. Courting Corporate Philanthropy in Public Education: Multi-Disciplinary Literature Review of Public–Private Partnerships (PPPs) in Urban Public Schooling. **SAGE Open**, v. 6, n. 2, April-June 2016, p. 1–15.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via: reflexões sobre o impasse político atual e o futuro da social-democracia**. 4 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

HALL, D. **Why public-private partnerships don’t work**. The many advantages of the public alternative. Public Services International Research Unit, University of Greenwich, 2015. Disponível em: <http://www.world-psi.org/sites/default/files/rapport_eng_56pages_a4_lr.pdf>.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. 8 ed. São Paulo: Loyola, 1999.

HEARNE, Rory. **Origins, development and outcomes of Public Private Partnerships in Ireland: the case of PPPs in Social Housing Regeneration**. Combat Poverty Agency: Dublin, 2009. Disponível em: <http://www.combatpoverty.ie/publications/workingpapers/2009-07_WP_PPPsInSocialHousingRegeneration.pdf>. Acesso em: 26 mar. 2016.

HEGEL, Friedrich. Estética. A idéia e o ideal. **Coleção Os Pensadores**. São Paulo: Nova Cultural. Tradução de Orlando Vitorino, 1999, p. 117-149.

HODGE, Graeme A; GREVE, Carsten; BOARDMAN, Anthony E. Introduction. In: _____. *International Handbook on Public-Private Partnerships*. Elgaronline: Cheltenham, 2010. Disponível em: <<https://www.elgaronline.com/view/9781848443563.00008.xml>>. Acesso em: 23 fev. 2017.

HORWITZ, Morton, J. The history of the public/private distinction. *University of Pennsylvania Law Review*, v. 130, p. 1423-1426, 1982. Disponível em: <http://scholarship.law.upenn.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=4677&context=penn_law_review>. Acesso em: 12 maio 2017.

HUWS, U. Material world: the myth of the 'weightless economy', *Socialist Register*, n. 35, p. 29-55, 1999. Disponível em: <http://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5712/2608#.V6MjzvkrKUk>

KLEIN, M. 'Public-Private Partnerships: Promise and Hype'. *Policy Research Working Paper 7340*, World Bank Group, 2015. Disponível em: <<http://documents.worldbank.org/curated/en/2015/06/24711409/public-private-partnerships-promise-hype>>.

KOMLJENOVIC, J.; ROBERTSON, S. L. The dynamics of “market-making” in higher education. *Journal of Education Policy*, v. 31, n. 5, p. 622–636, 2016. <http://doi.org/10.1080/02680939.2016.1157732>

MARX, Karl. **O capital**: crítica da Economia Política. São Paulo: Nova Cultural. V. 1, livro 1, 1985.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Livro segundo: O processo de circulação do capital. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MEEK, V. Lynn; GOEDEGEBUURE Leo; SANTIAGO Rui; CARVALHO Teresa. (eds). **The changing dynamics of higher education middle management**. Dordrecht: Springer, 2010.

MEHROTRA, S.; DELAMONICA, E. The Private Sector and Privatization in Social Services: Is the Washington Consensus ‘Dead’? *Global Social Policy*, v. 5, n. 2, p. 141–174, 2005. <http://doi.org/10.1177/1468018105053677>

- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MINOW, Martha. Public and private partnerships: accounting for the new religion. **Harvard Law Review**, v. 116, p. 1229-1270, 2003. Disponível em: <<https://dash.harvard.edu/handle/1/3138655>>. Acesso em: 12 maio 2017.
- MONTAÑO, C. E. **Terceiro setor e questão social**: crítica ao padrão emergente de intervenção social. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2007.
- MOULTON, L.; ANHEIER, H. K. Public-private partnerships in the United States: historical patterns and current trends. **Civil Society Working Paper**, n. 16, London: Centre for Civil Society, p. 1-17, fev. 2001. Disponível em: <http://eprints.lse.ac.uk/29058/1/CSWP_16_web.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2014.
- MUSSON, S. The geography of the Private Finance Initiative. **Geographical Paper**, n. 188, The University of Reading, p. 1-22, 2009. <http://www.reading.ac.uk/web/FILES/geographyandenvironmentalscience/GP188.pdf>
- NAÇÕES UNIDAS. **Guidebook on promoting good governance in public-private partnerships**. Nova Iorque: Genebra, 2008. Disponível em: <<https://www.unece.org/fileadmin/DAM/ceci/publications/ppp.pdf>>. Acesso em: 21 nov. 2015.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028/2717>>. Acesso em: 22 abr. 2014.
- NEVES, L. M. W. (Org). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.
- NORRAG NEWS. Network for international policies and cooperation in education and training. **Education and skills post-2015 and the global governance of education**: agendas and architecture. Special Issue n. 51, dec. 2014. Disponível em:

<<http://www.norrag.org/fileadmin/Full%20Versions/NN51.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

OLIVEIRA, F. Hegemonia às avessas. In: OLIVEIRA, F.; BRAGA, R.; RIZEK, C. (Org.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

OSWALD, Vivian. Grupo Pearson aposta em educação no Brasil e em outros países emergentes. O Globo, 22 ago. 2016, Caderno Economia. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/economia/negocios/grupo-pearson-aposta-em-educacao-no-brasil-em-outros-paises-emergentes-17275440#ixzz4n4HOvQX9>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

PATRINOS, H. A.; BARRERA-OSORIO, F.; GUÁQUETA, J. **The role and impact of public-private partnerships in education**. Washington: World Bank, 2009. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/EDUCATION/Resources/278200-1099079877269/547664-1099079934475/547667-1135281523948/2065243-1239111225278/Role_Impact_PPP_Education.pdf>. Acesso em: 29 set. 2013.

PERONI, V. M. V. Redefinições no papel do Estado: parcerias público-privadas e a democratização da educação. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 21, n. 47, 2013. Disponível em: <<http://epaa.asu.edu/ojs/article/view/1166>>.

PERONI, Vera Maria Vidal. A gestão democrática da educação em tempos de parceria entre o público e o privado. **Pro-Proposições**, Campinas, v. 23, n. 2, p. 19-31, maio/ago. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pp/v23n2/a03v23n2>>. Acesso em: 4 mar. 2013.

RANEY, V. Gramsci Outside of Marx?: Defining Culture in Gramscian Terms. **Cultural Logic: An Electronic Journal of Marxist Theory & Practice**, v. 9, p. 1-9, 2006. Disponível em: <<http://clogic.eserver.org/2006/raney.html>>.

ROBERTSON, Susan; DALE, Roger. Toward a critical cultural political economy of the globalisation of education, **Globalisation, Societies and Education**, v. 13, n. 1, p. 149-170, 2015.

ROBERTSON, S. L.; KOMLJENOVIC, J. (2016). Unbundling the University and Making Higher Education Markets. In: Verger, A.; Lubienski, C.; Steiner-Khamsi, G (Eds.), **The global education industry**. London; New York: Routledge, Taylor & Francis Group, 2016, p. 211–227. Disponível em: <<https://susanleerobertson.files.wordpress.com/2009/10/robertson-and-komljenovic-2016-unbundling-higher-educationfinal.pdf>>.

ROBERTSON, S. L. (Ed.). **Public private partnerships in education: new actors and modes of governance in a globalizing world**. Cheltenham, UK ; Northampton, MA: Edward Elgar, 2012.

ROBERTSON, S. L.; VERGER, A. Governing education through public private partnerships. In: ROBERTSON, S. L. (Ed.). **Public private partnerships in education: new actors and modes of governance in a globalizing world**. Cheltenham, UK ; Northampton, MA: Edward Elgar, 2012, p. 21–42.

SANTOS, Marcelo Antunes dos. **Fusões & aquisições no mercado de ensino superior privado: os casos dos grupos Fanor / Devry e Universidade Anhembí Morumbi / Laureate**. 2010. Dissertação de mestrado em Administração de Empresas. Disponível em: <<https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/7656/1/99.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2016.

SLATER, D.; TONKISS, F. **Market society: markets and modern social theory**. Cambridge, U.K. : Malden, Mass: Polity Press ; Blackwell Publishers, 2001.

SOUSA, Dayanne Grupo Apollo Education chega ao país com aquisição no PR. Companhia comprou 75% da Sociedade Técnica Educacional da Lapa S.A., a qual oferece cursos sob o nome de Faculdade da Educacional da Lapa. **Exame.com**, 8 dez. 2014, seção Negócios. Disponível em: < <http://exame.abril.com.br/negocios/grupo-apollo-education-chega-ao-pais-com-aquisicao-no-pr/>>. Acesso em 23: mar. 2017.

STRAUSS, Valerie. Global education market reaches \$4.4 trillion — and is growing, **The Washington Post**, 9 de Fevereiro de 2013, Answer Sheet, 2015. Disponível em: <<https://www.washingtonpost.com/news/answer-sheet/wp/2013/02/09/global-education-market-reaches-4-4-trillion-and-is-growing/>>.

UNESCO. **Dakar Framework for Action, Education for All: Meeting our Collective Commitments**, 2000. Disponível em:

<http://www.unesco.at/bildung/basisdokumente/dakar_aktionsplan.pdf>.

UNESCO. **Overcoming inequality: why governance matters**. Unesco, 2009.

Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0017/001776/177609e.pdf>>.

UNIÃO EUROPEIA. Opinion of the European Economic and Social Committee on the “Green Paper on public-private partnerships and Community law on public contracts and concessions.” Official Journal of the European Union, 2005.

VERGER, A.; NOVELLI, M. (eds.). **Campaigning For ‘Education For All’:**

Histories, Strategies and Outcomes of Transnational Social Movements in

Education. Sense, Rotterdam, 2012.